

HABEAS CORPUS Nº 518.249 - MS (2019/0186074-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **WAGNER ADAUTO NUNES**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PACIENTE : **WAGNER ADAUTO NUNES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor próprio, por **WAGNER ADAUTO NUNES**, contra decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Campo Grande/MS.

Na peça, escrita de próprio punho, requer, ao que tudo indica, que sejam analisadas supostas ilegalidades perpetradas em seu desfavor pelo Juízo singular ao determinar a homologação de novo cálculo da pena após a manifestação do MP/MS e da defesa do impetrante/paciente, considerando que "[...] A pena cumprida deve ser debitada do crime mais antigo, respeitando a ordem cronológica (puníveis com reclusão)"(e-STJ, fls. 440).

O impetrante alega, em síntese: a) constrangimento ilegal do novo cálculo de pena; pois o impetrante/paciente não é reincidente específico em crime hediondo e possui bom comportamento carcerário; b) ocorrência da prescrição da pretensão executória; tendo em vista que há crimes pelos quais o impetrante/paciente foi condenado e que estão prescritos e não podem ser considerados para fins de exclusão da primariedade (e-STJ, fls. 3-6).

Requer, ao final, novo cálculo de pena e a declaração de prescrição da pretensão executória de algumas sentenças (e-STJ, fl.6).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 36-359).

Intimada a Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul para apresentar defesa técnica do paciente (e-STJ, fls. 368).

A Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul postulou nos autos; comunicou que, em 10-06-2019, interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem e que "[...] o presente *Habeas Corpus* impetrado diretamente no STJ, implicaria, em tese, em supressão de instância; em persistindo o inconformismo do impetrante acerca de incidentes da execução penal, certamente será interposto recurso próprio" (e-STJ, fls. 370-371).

Sem pedido liminar.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento deste *habeas corpus* (e-STJ, fls. 471-473).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Cabe ressaltar que, de acordo com o art. 105, I, "c", da Constituição Federal, o Superior Tribunal de Justiça não possui competência para processar e julgar *habeas corpus* impetrado contra ato de juiz de Primeiro Grau. Nesse sentido: AgRg no HC 268.759/PA, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (Desembargador convocado do TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 24/06/2013; EDcl no HC 230.583/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 01/10/2014.

Ante o exposto, **não conheço do *habeas corpus*.**

Oficie-se o Juízo de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Campo Grande/MS, responsável pela execução penal do paciente (Processo de Execução Criminal n. 0830710-89.2002.8.12.0001), encaminhando-se-lhe cópia das principais peças destes autos para análise da existência das ilegalidades apontadas e eventuais providências.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator